

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — *Diretor Presidente*MARIA REGINA DO NASCIMENTO BRITO — *Diretora*MARCOS SÁ CORRÊA — *Editor*FLAVIO PINHEIRO — *Editor Executivo*ROBERTO POMPEU DE TOLEDO — *Editor Executivo*

Ética da Crise

De um modo estranho e preocupante, a crise brasileira toma o aspecto, nos últimos tempos, de desagregação do funcionalismo público. O setor privado está excepcionalmente tranqüilo se se leva em consideração a quantidade de coisas que acontecem ao seu redor.

Já o funcionalismo público parece atingido de ponta a ponta pelo vírus da contestação. Sequer se esperou que a Constituição regulamentasse o direito de greve da categoria: proclama-se, para cruzar os braços, a lei do fato consumado.

O foco da crise, aparentemente, estaria em questões salariais. Mas é difícil sustentar esta hipótese. Existe hoje, no interior do funcionalismo brasileiro, uma disparidade de salários que repete e até amplia a que se verifica na sociedade como um todo. Mas as greves não privilegiaram os mais desprotegidos nesse contexto. Em certos casos, elas foram praticadas até com maior arrogância pelos que detinham as melhores remunerações. Desta faixa privilegiada é que veio um protesto que já tinha a audácia de afirmar-se explicitamente político — reivindicando ao mesmo tempo vantagens materiais e a cabeça de um ministro.

A metástase desse grevismo oficial indica a existência de uma moléstia que pode ser fatal ao tecido da sociedade. Perdeu-se de vista a ética do serviço público — que existiu em outros tempos, com todas as deformações e carências da sociedade brasileira. Um servidor público tem de ter alguma vocação de servir — e essa vocação podia ser sentida em representantes ilustres ou humildes do serviço público.

Ultimamente, entretanto, o que se vê é o serviço público entendido ou praticado como uma forma de obter vantagens. Isso tem resultados teratológicos em todos as direções. Se a finalidade é tirar proveito da função pública, perde-se a

noção de um teto salarial, bem como a do número ideal de funcionários: trata-se de contratar ao máximo, e de pagar da mesma forma.

À medida que iam-se desenrolando, as greves ilustravam didaticamente a desarticulação do serviço público como um todo. Pelo volume das reivindicações, foi possível identificar tanto os que ganhavam acima do máximo como os que ganhavam abaixo do mínimo.

Essa disparidade excessiva tem um efeito desmoralizante sobre toda a sociedade — e especificamente para a estrutura do serviço público. Não há ética que resista a esses descabros — e sem ética está provado que não existe serviço público, nem subsiste a sociedade.

A nova Constituição amarrrou as mãos da sociedade quando cristalizou situações de estabilidade num momento em que há excesso de gordura em vários setores do serviço público. A correção da obesidade seria uma das maneiras mais lógicas de pagar dignamente aos que ganham pouco. Um outro modo seria não pagar a ninguém acima de um determinado teto, que ofende o rendimento médio do cidadão brasileiro.

São situações que a matemática não resolve — embora em certos casos a racionalidade vá acabar por impor-se à força, como acaba de se ver com a falência do município do Rio de Janeiro. O que o serviço público precisa, e já, é de uma espécie de salvação através da ética — da seriedade básica que fez a estrutura da profissão em outros tempos, em que pese os vícios antigos do nepotismo e do apadrinhamento. A situação atual é a negação de toda ética; e, por causa disso, o edifício social já começa a exibir rachaduras profundas, que não podem ficar muito tempo sem conserto.